

NEGROS ESCRAVIZADOS E LIVRES NAS ESCOLAS MATO-GROSSENSSES DO SÉCULO XIX (1824-1888).

Reinaldo Antonio Valentim¹

Maria do Carmo Brazil²

O estudo da história da educação é fundamental para se compreender as relações da educação em interface com outras áreas do conhecimento, oferecer contribuições para se fazer, contar e estudar a história e a compreensão de suas especificidades. Esse referencial teórico-metodológico nos possibilita problematizar a educação em diferentes tempos históricos, investigando diferentes temas, como professores, alunos, o corpo, a leitura, a disciplina, e diferentes sujeitos, como a criança, a mulher, e, no caso deste, ensaio, a presença do negro no processo educacional do Mato Grosso do Sul.

Creemos que a chamada Nova História Cultural se distingue de outras abordagens ao investigar temas e objetos antes desprezados pela História tradicional. Assim, entrevemos o desafio de desenvolver estudos dentro desse referencial para que nossas futuras pesquisas sejam capazes de fazer frente ao desafio de participar desse movimento dialético humano de construir-se nas circunstâncias da existência. Essa estratégia emerge do entendimento de que o conhecimento histórico é ferramenta indispensável para o combate aos mecanismos legais, pedagógicos, administrativos e políticos que foram e ainda são adotados pelos sistemas de estabelecidos para impedir o acesso de pessoas negras à educação regular e formal, e a participação social com equidade e igualdade.

1 **Reinaldo Antonio Valentim** Mestrando em Educação pela FAED/UFGD Linha pesquisa em História da Educação e-mail: rcvalentim@yahoo.com.br

2 Professora Titular em História do Brasil da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD (Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Autora, entre outros, de *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. E-mail: mcbrazil@ufgd.edu.br

Segundo Fonseca, O Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria –, conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negro e branco. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano. A despeito dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e se fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de democracia racial. Por meio de pressão e atuação incessantes, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves.

Entendemos que o século XIX se constitui num período ao qual pesquisas histórico-educacionais podem evidenciar realidades importantes para a contemporaneidade. Apesar da ausência de legislações que delimitem a abrangência de todo território do Império do Brasil, propomos investigar atentamente o período, do ato adicional de 1834, cuja função atribuiu a cada província o dever de legislar e organizar o ensino primário e secundário no território imperial. Pretendemos elaborar análises de documentação provincial que permitam um olhar histórico minucioso sobre o período imperial na Província de Mato Grosso, buscando caracterizar de que forma a escola constituída nesse tempo histórico contribui para a compreensão da educação que se conhece hoje; debruçaremos-nos na identificação da ocorrência das práticas escolares praticadas na província em questão, tendo como foco a população infantil negra escrava ou livre.

Em nosso entendimento, uma análise da documentação sobre instrução no século XIX no Mato Grosso aponta o período imperial como pano de fundo para a consolidação da instituição escolar como instituição específica, cujo papel social praticamente se definiu com o fortalecimento do Estado Moderno, que lhe atribuiu a função civilizatória, com exigências de ampliação do acesso à instrução de diferentes

setores sociais, entre as quais os atores que objetivam este estudo, as pessoas negras escravizadas ou livres, sobretudo as crianças.

A Constituição de 1824, outorgada pouco tempo após o Brasil tornar-se independente de Portugal, cujo Artigo 179 - Inciso 32, tratava sobre a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Entretanto, importa ler com atenção o Artigo 6º - Inciso I, que estabelece quem de fato eram os “ cidadãos brasileiros”:- “ Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”³. Como podemos perceber, estavam excluídos os trabalhadores escravizados da condição de cidadãos, e conseqüentemente da Instrução Primária gratuita.

Dando seqüência á leitura atenta dos documentos imperiais acerca das políticas educacionais, pode-se perceber que da mesma forma, a regulamentação da Instrução Pública no Brasil responsável pela criação de escolas, exclui o ingresso dos cativos no sistema de ensino da província, como revela no Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, cujo título *Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*, embora as escolas criadas continuavam fiéis às disposições da Constituição de 1824 .

Apesar de estabelecer as primeiras mudanças na constituição de 1824, o Ato Adicional de 1834, aprovado pela Lei número 16 de 12 de agosto de 1834, atribuiu às províncias a possibilidade de legislarem acerca da Instrução Pública e estabelecimentos próprios, como podemos confirmar através de seu Artigo 10, parágrafo segundo, porém, a autonomia concedida em nada alterou o quadro que ignorava a condição do segmento negro , excluído e distante da Instrução Pública.

3 BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império – 1808-1889*. Acessível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio.

4 BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. *Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>.

Forros, ingênuos e escravos, conceitos e contextos.

Cremos que o que caracterizava a sociedade imperial do século XIX era precisamente a ascendência da legitimação dos saberes elementares (escrita, leitura e contagem), constituídos condição básica para desempenho das múltiplas funções públicas e sociais.

Estava em curso um audacioso processo de modernização do Brasil, conforme Saviani (2007), no campo pedagógico havia a coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional. Apontava-se para um modelo escolar de funcionalidade dos saberes elementares, permeada pela idéia de civilidade, num esforço de adequar a vida cultural da nação emergente aos valores e costumes eurocêntricos, consideradas, o ápice do desenvolvimento humano, social, cultural, religioso, político, entre outros. Para colocar tal projeto em prática, havia romper com a cultura das nações consideradas inferiores, as quais eram identificadas com um nível baixo de desenvolvimento classificado entre a selvageria e a barbárie.

No Brasil nesse contexto, o discurso liberal esforçava-se por romper com a predestinação social, em sua defesa de que os méritos deveriam depender das capacidades individuais, discurso próprio das elites intelectuais, que distoava da realidade imperial que se alimentava do trabalho dos africanos e de seus descendentes escravizados. Não eram poucas as explicações racistas que justificavam a escravidão como consequência natural da incapacidade dos negros de se adequarem à cultura civilizada por não disporem de capacidades biológicas para alcançar méritos.

Foi durante o Império que a nação brasileira se viu atingida pelo processo de decadência do sistema escravista ao mesmo tempo em que possuía uma população de negros bastante diversificada: em relação à origem africana; à condição; e em relação a variações da cor da pele, produzidas pelo alto índice de miscigenação. Era um contexto histórico que se caracterizava pela presença de negros em condições heterogêneas: dada suas origens; à cor da pele, ao sexo e ao trabalho, ou seja, complexas relações num sistema escravista rentável mas profundamente pressionado pela decadência.

Existiam no Brasil negros nascidos em diversas regiões da África, que participavam do cenário social tanto quanto os nascidos no Brasil, muitos dos quais mestiços oriundos de uniões legítimas ou ilegítimas, segundo a visão da Igreja Católica. Da mesma forma que havia negros escravizados, havia também aqueles denominados de

forros, que eram negros que de uma forma ou de outra tinham conquistado a alforria, e os nascidos livres.

O desejo de separação dos brancos em relação aos negros gerou um estado social de diversificação de situações em relação às condições baseadas no critério da cor da pele como a principal forma de definir as hierarquias sociais. Deu-se então uma complexidade no processo social pois nem sempre era possível identificar, quem de fato se encontrava na condição de cativo. Havia indivíduos que se encontravam na condição de um africano ladino ou um negro crioulo, sobretudo nas regiões urbanas, cujas atividades econômicas permitiam maior autonomia. Eram considerados ladinos os africanos que faziam uso da língua portuguesa. Crioulo era o negro nascido no Brasil.

Complexo também se fazia o estabelecimento da diferença entre uma pessoa negra liberta por carta de alforria e outra nascida livre, pois considerado livre era o indivíduo que nascia sem a obrigação de trabalhar para terceiros, mas essa condição poderia caracterizar pessoas brancas ou negras, o que gerava certa confusão jurídica e civil, apesar de alguns documentos da época utilizarem o termo ingênuo para caracterizar os negros filhos de libertos, como o filho de mulher liberta, por exemplo, cuja herança da condição escrava ocorria pelo fato maternidade em detrimento do fato da paternidade. O termo ingênuo de acordo com a Lei do Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre (1871), é empregado para mencionar as crianças nascidas de mulheres cativas após a vigência da lei, mas encontramos documentos que utilizam em sentido mais amplo, para identificação dos negros nascidos livres, à segunda geração do liberto.

A escola Imperial

Uma particularidade da escola imperial era sua forma plural de atuar no ambiente doméstico em transição para um modelo institucional que chamava a si o papel desempenhado pela família na função de transmissão dos saberes. Eram escolas que funcionavam em residências de professores, em condições precárias para o desenvolvimento do ensino e em contradição com o projeto de nação que se alinhavava.

Tratava-se de um modelo escolar que aos poucos se interpunha entre a família e o aprendiz, com as seguintes características:

- Exigência de espaço determinado para o ensino;
- Rotina específica destinada a aprendizagem, agrupando alunos de diferentes casas reunidos em espaço comum.
- Inserção de regras de convivência aliada rotina de estudos; através de métodos de instrução administrados por adulto.

Nas mais diferentes áreas, estudos realizados em nosso país nas interfaces da educação e das relações interétnicas constataram muitas dificuldades enfrentadas por crianças negras frequentantes do sistema escolar, indicando a necessidade de mecanismos de combate ao preconceito e discriminação raciais presentes no nível da socialização primária e secundária, que se constitui na família e na escola. A marcha dos movimentos sociais, e entre eles o movimento negro, abriram como perspectiva para a superação do problema, a importância de serem elaboradas novas propostas e materiais didáticos para enfrentar a questão, e a construção de uma identidade negra positiva, edificada na relação com o branco, com o não-negro, e no reconhecimento da diferença.

Pondera Nilma Lino Gomes sobre a realidade educacional brasileira: em certos momentos, “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p.86).

Certamente a escola é um espaço de entrelaçamento de relações sociais e entrelaçamentos culturais, conforme afirma Cavalleiro (2000, p.15) ao salientar que a experiência vivida no sistema educacional amplia e intensifica a socialização da criança. Nesse sentido, ao estabelecer contato com outras crianças e com adultos que não pertencem a seu grupo familiar a criança amplia seus conhecimentos e, por conseguinte adquire diferentes leituras de mundo posicionando-se claramente a favor da luta contra a opressão, o preconceito e a discriminação a que grupos como as populações negras *infanto juvenis* tem sido submetidos.

Numa leitura atenta das propostas curriculares para o enfrentamento do preconceito e da discriminação raciais que são dirigidas para o ensino fundamental e médio para o ensino de História, identificamos outras que são desenvolvidas a partir de experiências educacionais de grupos e entidades negras organizadas, em interação com o sistema formal e oficial de ensino, sobretudo após a promulgação da Lei, que deu início a uma série de propostas que rompem com a imobilidade. Nossa pesquisa é uma proposta de buscar entendimento nas bases da história da educação nacional os motivos para que as populações negras fossem alvo de tantos processos de isolamento, segregação, invisibilidade, discriminação, racismos, estereótipos negativos, tentativas de branqueamento e outras formas de aniquilação e perseguição. Segundo Le Goff, a memória é uma construção de identidades que deve servir para a libertação do passado histórico, que muitas vezes fica retido no inconsciente das pessoas e é através dela que se consegue resgatar a história.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

O presente trabalho se pretende uma possibilidade de identificação da imagem/representação da população infante juvenil negra brasileira, elegendo como marco temporal o período do Império na província de Mato Grosso. Há que se identificar qual o papel da escola no processo de socialização infantil das crianças negras que viveram nesse recorte temporal. Conforme Thompson (2001, p.20) vemos que na produção e na distribuição de formas simbólicas, a humanidade se serve de muitas fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com conseqüências diversas.

Creemos que a pesquisa se justifica por se tratar de um tema amplo que pode ser associado a uma imensa gama de relações entre história, cultura e educação, ou, ainda,

aos múltiplos caminhos percorridos pelos alunos negros e afro-descendentes e suas famílias para terem garantidos seus anseios de educação pública e liberdade civil.

Com certeza é possível que haja conseqüências desse passado nos modelos de escolas atuais, pois nas questões relativas ao currículo escolar oficial as crianças afro-descendentes ou se destacam por uma incrível espontaneidade, ou se fazem notar por uma retração fora dos padrões normais para crianças dessa idade. Os primeiros, geralmente são retidos por anos na mesma série, estereotipados como inteligentes, espertos, mas sem compromisso com a escola, acusados de atrapalhar; o segundo grupo engrossa as estatísticas da repetência, fracassam segundo o discurso docente no entendimento do português e da matemática. Nesse sentido, consideramos que a pertinência da construção de uma proposta de pesquisa que se proponha a entender como foram construídas as tramas sociais, políticas, religiosas, educacionais, culturais e suas interferências no processo de desenvolvimento de crianças negras coloca-se como um grande desafio, pois é necessário desmistificar ideologias sobre os negros, cristalizadas no imaginário da população.

A relação diária com crianças de quatro a seis anos permitiu-me identificar que, nesta faixa de idade, crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem [...] Os educadores... talvez por não saberem lidar com o problema, preferiram o silêncio... De qualquer modo, minha experiência mostrou que o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos preconceituosos e discriminatórios no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais. Eliane Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*, (2000).

Em relação á ideologia, Thompson (Apud, Silva 2008, p.42) enfatiza ser a ideologia representada por formas simbólicas que em determinados contextos, servem para estabelecer e sustentar relações de poder sistematicamente desiguais, relações de dominação. Para o autor as pessoas que fazem parte dessa estrutura organizada, (2007, p.80) ocupam diferentes graus de acesso a recursos disponíveis, o que está diretamente relacionado a diferentes graus de poder, o que justificaria neste caso a dominação sofrida pelas crianças negras dadas relações estabelecidas de poder por grupos sociais não negros particulares que possuem poder de uma forma permanente, significativa, não abrindo espaços a outros agentes ou grupos que permanece em situação de desigualdade.

A transplantação de populações africanas cruelmente submetidas à escravidão, ao tráfico marítimo intercontinental, submeteu esses sujeitos a uma posição de estranhos de inferioridade, obrigando-os à objetivação econômica, cultural, social, religiosa, à destruição impiedosa de rituais que davam sustentação à sua existência, ao seu ethos, à sua identidade. Tudo se deu em nome de um processo civilizador colonizatório das estruturas políticas metropolitanas e da Igreja Católica.

A trajetória histórico-social de nosso país é de fato complexa e marcada pela contribuição de diversos seguimentos étnicos, o que nos transforma numa nação pluriétnica e de notável diversidade cultural, cujas articulações triangulares entre Europa, África e América, fizeram da escravidão e de seus desdobramentos o principal fator econômico, social, político entre outros. Neste sentido, conforme afirma Maria do Carmo Brazil (2007), fazem-se necessárias algumas reflexões sobre o processo de construção dos discursos justificadores e legitimadores da escravidão e a construção da história social do trabalho gerada a partir das conexões atlânticas. Exclusão social, discriminação e intolerância étnico-racial traduzem a funesta herança do escravismo ao segmento negro. São fenômenos com raízes fincadas no passado escravista que ainda hoje são reproduzidos incessantemente no espaço escolar brasileiro.

Objetivos

A pesquisa objetiva estabelecer no âmbito da História da Educação a presença de alunos negros no contexto histórico do período Imperial brasileiro na Província mato-grossense, dando-lhes voz e visibilidade num contexto acadêmico e social em que as fontes se calam, enquanto esse segmento populacional ao lado dos pardos significa a metade da população do Estado de Mato Grosso do Sul, mas, no entanto frente as relações de poder nota-se uma invisibilidade desse mesmo segmento étnico.

Pretendemos ainda proceder a:

1. Coleta, organização e catalogação de documentos referentes ao modelo de escola imperial da Província;
2. Significação do tempo histórico conhecido como Império em suas relações com outras instituições;

3. Identificação da presença negra nas décadas dentro do recorte temporal como discentes, docentes, familiares e funcionários na referida escola, através de diversos documentos matrículas, fotografias, arquivos pessoais, públicos, entre outros; De onde vieram? ; Por qual razão vieram a Dourados?
4. Traçar um breve panorama da presença do negro no interior da história da educação e chamar a atenção para a importância de considerá-los sujeitos nas narrativas que tratam do desenvolvimento histórico dos processos educacionais.
5. Indicar que esse processo de escolarização representou entre outras realidades um quadro educacional grave para as crianças negras.

3.4. Métodos e Fontes

Orientação Metodológica

Para sustentação teórica que oriente o desenvolvimento da investigação, faremos uso da investigação histórica, apoiando-nos em documentos e bibliografias, atentos aos fatos, fenômenos sociais, políticos, culturais e seus contextos e encadeamentos. Assim, segundo os postulados da história cultural, “[...] tudo tem uma história, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado [...]” (BURKE, 1992, p.11).

É mister que nosso diálogo histórico - investigativo far-se-á em interface com a área da educação, predominante nas linhas deste programa de pós-graduação, bem como áreas afins como a Antropologia, Sociologia, Filosofia, entre outras.

Emergem como pressuposto para tratar as questões da História e principalmente da História da Educação as abordagens realizadas por estudiosos como Michel de Certeau, Sandra Jatahy Pesavento, Peter Burke, entre outros.

Pressupostos Teóricos

Tendo em vista a abordagem do objeto de análise - Negros Escravizados E Livres Nas Escolas Mato-Grossenses Do Século XIX, - nos orientaremos pelo método dialético investigativo, levando em sua consideração sua capacidade de analisar o particular à luz dos contextos social, político, econômico e cultural, o que não significa nos fecharmos a outras metodologias capazes de conduzir-nos a uma leitura histórica

coerente, eficiente e eficaz, como a historiografia contemporânea (inglesa e francesa), por exemplo, Caminharemos pela proposição dos pesquisadores Paolo Novela e Ester Bofe (2005), cuja proposição do método dialético para as investigações sociais exige que se leve o leitor a uma análise da totalidade histórica, desviando-se das tendências analíticas reducionistas, culturalistas, ornamentais, particularistas, ornamentalistas, personalistas, laudatórias, apologéticas.

Fontes

Pretendemos realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, fazendo uso da investigação histórica, utilizando documentos de fontes orais e escritas, entrevistas, fotografias, bibliografias, entre outros, a partir da definição de pesquisa tradicional. E para maiores esclarecimentos a respeito da metodologia, Meihy aponta para a diferença entre “História Oral Híbrida” e “História Oral Pura”, onde a primeira, representa um trabalho de conjugação da coleta de depoimentos combinada com outras fontes, já a segunda, busca apenas os testemunhos e obedece à valorização única do que foi dito (MEIHY, 1994, p.60). Desta forma, se necessário, utilizaremos ambas, pois precisamos considerar a utilização dos depoimentos orais como fonte complementar, fonte documental. A investigação pretende contribuir significativamente para o avanço da educação multicultural na cidade de Dourados e no Estado de Mato Grosso do Sul, na valorização das identidades e na luta pela consolidação da democracia brasileira, de forma que as pessoas repensem seu pertencimento étnico racial. Esperamos que os resultados de nossa investigação possam apoiar, igualmente, trabalhos de pós-graduação, já em desenvolvimento, ou a serem desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação em Educação na linha de História da educação, memória e sociedade na Universidade Federal da Grande Dourados, e em outras Universidades que por ventura queiram dar continuidade ao processo de pesquisa em história educacional.

REVISÃO DE LITERATURA

A historiografia educacional brasileira: tendências e debates dos estudos acerca da criança negra.

Há que desconstruir discursos, práticas, preconceitos, e toda uma historiografia comprometida apenas com a questão dos estabelecidos. Segundo Muller (1998), Em termos históricos, a idéia da nacionalidade brasileira é muito recente. Ao ser abolida a escravidão e, em seguida, com a proclamação da República, intensifica-se a discussão sobre a nação. A partir daquele momento, o esforço foi dirigido para o como formá-la. O pano de fundo ainda era um conjunto de concepções e representações pessimistas sobre a população brasileira, devido à sua composição étnica. Não tínhamos povo, era voz corrente. Havia que formá-lo. As vozes mais generosas, ou mais lúcidas, sinalizavam que as condições de vida dessa população, “que não era um povo”, não se devia à sua composição étnica. As origens de nossos males estavam inscritas na nossa história. Nos primeiros anos deste século, de diferentes áreas do conhecimento e, como veremos, de diferentes partes do país, colocava-se a necessidade da construção da nação. Nos relatos da autora fica claro que os afro-descendentes representavam um incômodo a essa idéia de homogeneização da nação brasileira. Em seus livros *A Cor da Escola - Imagens da Primeira República*, e *Educadores & Alunos Negros na Primeira República*, Muller, uma pedagoga que assume o desafio de repensar a historiografia nacional descreve em seu percurso de pesquisa que no imaginário social brasileiro é bastante arraigada a crença que a população negra só tenha tido acesso à escola nos idos dos anos cinquenta e sessenta do século vinte. No entanto, após décadas de pesquisa, depara-se com fotografias que demonstram a falsidade desse mito, pois, ao contrário do que se pensa, no início do século vinte existiam professores negros no magistério público do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, e vários deles ocupavam funções de destaque, diretores, vice-diretores, entre outros. A autora apresenta 36 fotos que lhe permitiram identificar turmas de alunos negros, ou quase todas negros, que desmistificavam também o mito que as famílias afro-descendentes e escravas não tinham preocupação com o futuro de seus filhos. Muller identifica e explica os processos históricos que, na Primeira República, terminaram por “expulsar” do magistério público primário os educadores negros e impedir, ou dificultar, a realização

de uma trajetória escolar bem sucedida para os alunos negros. Pudemos entrever no trabalho da Professora Doutora Maria Lúcia Rodrigues Muller um modelo de estudos históricos capaz de ajudar a repensar a historiografia nacional.

Outro pesquisador nacional que se debruça sobre essa responsabilidade científico-histórica é o Professor Doutor Marcus Vinicius da Fonseca, cujos numerosos trabalhos constam de pesquisas de caráter histórico cujo marco temporal encontra-se circunscrito na temática da escravidão, com o objetivo é analisar a relação entre abolição da escravidão e educação dos negros, tal como foi concebida durante o processo de superação do escravismo no Brasil. Para Fonseca (2001) a educação foi um dos elementos levados em conta durante o processo de abolição do trabalho escravo, gerando debates e até mesmo a constituição do que poderíamos chamar uma política pública voltada para a educação dos negros. Porém, devido aos interesses escravistas predominantes no Império, essa política não teve impacto estrutural no modelo de abolição que terminou por se consolidar em 1888. Nesse sentido, a análise que realizamos confirma o que é sabido acerca da abolição da escravidão no Brasil, ou seja, seu caráter excludente, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dispensado aos negros escravizados. Mas, por outro lado, a análise desse processo na perspectiva da questão educacional revela que havia uma consciência acerca da importância da educação como elemento de inclusão social. O que nos leva a crer que, entre essa consciência e a atitude de não tornar a educação um bem acessível aos indivíduos oriundos do cativeiro, o que verdadeiramente se construiu foi a determinação de incluir os ex-escravos e seus descendentes de forma absolutamente marginal na sociedade organizada a partir do trabalho livre.

Como temos procurado encaminhar a reflexão durante todo o percurso deste trabalho, há espaço na historiografia nacional para o estabelecimento de novas abordagens e novos objetos no movimento contínuo de pensar e fazer a história. Cremos que a chamada Nova História Cultural se distingue de outras abordagens ao investigar temas e objetos antes desprezados pela História tradicional. Assim, entrevemos o desafio de desenvolver estudos dentro desse referencial para que nossas futuras pesquisas sejam capazes de fazer frente ao desafio de participar desse movimento dialético humano de construir-se nas circunstâncias da existência. Essa estratégia emerge do entendimento de que o conhecimento histórico é ferramenta indispensável

para o combate aos mecanismos legais, pedagógicos, administrativos e políticos que foram e ainda são adotados pelos sistemas de estabelecidos para impedir o acesso de pessoas negras à educação regular e formal, e a participação social com equidade e igualdade.

Segundo Fonseca, O Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo – atrás apenas da Nigéria –, conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnicos -raciais negro e branco. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano. Apesar dessa tentativa de silenciamento, a resistência negra tem se mantido e se fortalecido, a ponto de atualmente não ser mais possível, num debate lúcido, a defesa da imagem da sociedade brasileira como um exemplo de democracia racial. Por meio de pressão e atuação incessantes, o movimento negro organizado denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de entraves.

Ao nos debruçarmos sobre a temática proposta, tendo em vista eventos como o Congresso Brasileiro de História da Educação, os bancos de dissertações, teses e periódicos disponibilizados no banco de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deparamo-nos com o fato de serem recentes os estudos acerca da Criança negra na historiografia recente na história da educação brasileira. Fizemos opção pela categoria de análise: “*Educação e Criança negra*”, cujo objetivo era nosso acesso às discussões realizadas no âmbito da academia.

Acervo de dissertações e teses conforme Programas de Pós-Graduação em Educação levantados nos Congressos Brasileiro de História da Educação.

O levantamento quer representar amostra significativa da produção sobre a criança negra na educação nacional, de forma que se possa dimensionar a relevância do tema para a historiografia. Tendo em vista que os “Congressos Brasileiros de História da Educação” tiveram início no ano de 2000, elaboramos um balanço das temáticas relevantes a nossa pesquisa no conjunto de trabalhos apresentados no decorrer dos

mesmos realizados entre os anos de 2000 a 2008. Neste período de quase uma década foram realizados cinco Congressos Brasileiros de História da Educação de forma bienal.

1. Realizado em 2000, o 1º Congresso tinha como referência a “Educação no Brasil: história e historiografia”, no eixo temático Gênero e Etnia, nele foram apresentados 23 trabalhos, entretanto nenhum relacionado à criança negra.
2. No segundo Congresso: “História e Memória da Educação Brasileira” realizado em 2002, foram apresentados 49 trabalhos no eixo temático: Estado, Nação e Etnia na História da Educação e também nenhuma referência à criança negra.
3. No terceiro Congresso: “A Educação Escolar em Perspectiva Histórica” de 2004, no eixo: Gênero, Etnia e Educação Escolar foram apresentados 38 trabalhos, e uma comunicação coordenada intitulada: Educação e Relações Étnico-raciais, crianças negras, Ex-escravas e Imigrantes no Século XIX, do pesquisador Marcus Vinicius Fonseca/USP que discutiu o trabalho “Escola para crianças negras: uma análise a partir do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e do Congresso Agrícola do Recife em 1878”. Fonseca analisa os debates nos congressos agrícolas e as práticas dos agricultores de buscar saídas para o problema da falta de trabalhadores desqualificados em tempos de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nesse contexto o autor e destaca a educação para as crianças negras como uma das saídas para a qualificação de mão-de-obra. Partilhando a mesma perspectiva, Cynthia Greive Veiga/UFMG discutiu o artigo “Crianças Negras e Mestiças no Processo de Institucionalização da Instrução Elementar, Minas Gerais, Século XIX”, cuja investigação da instrução elementar no Brasil no século XIX, revelou que as crianças negras e mestiças eram beneficiadas freqüentando a escola. Na parte de comunicações individuais e co-autorias encontramos trabalhos relacionados a essa temática.
4. No quarto Congresso: “A Educação e Seus Sujeitos na História”, de 2006, não foi registrada comunicação coordenada acerca da temática, mas encontramos na categoria comunicação individual e co-autoria o trabalho. “A criança Negra no Maranhão: uma leitura a partir da infância afro-descendente no Brasil da pesquisadora Kilza Fernandes Moreira de

Viveiros/UFMA, discutindo olhar da historiografia acerca da infância negra e a criança negra do Maranhão, no universo da história da educação, cuja análise se dá nas dimensões de valores culturais, sociais, econômicos e suas representações.

5- No quinto Congresso: “O Ensino e a Pesquisa em História da Educação”, de 2008, infelizmente, não encontramos trabalhos disponibilizados para consulta no portal da Sociedade Brasileira de História da Educação, o que inviabilizou a identificação de trabalhos acerca da temática. Em que pese a análise historiográfica, concluímos que os dados obtidos nos permitem afirmar acerca dos congressos Brasileiro de História da Educação a pequena quantidade de pesquisas discutindo relações étnicas voltadas para as questões da Criança negra e Educação.

Dando continuidade a pesquisa, procedemos a levantamento das pesquisas de mestrado e doutorado realizados em âmbito nacional no banco de dados da CAPES, referentes à temática “Criança negra e Educação”.

O banco de periódicos da CAPES: Produções e investigações

Segundo o site <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. As atividades da CAPES podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação stricto sensu;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional.

Tendo em vista que a instituição disponibiliza textos completos de artigos nacionais e internacionais, resumos de documentos de áreas diversas, dissertações e

teses de importantes universidades nacionais, sendo indiscutível a credibilidade dos seus dados, procedemos a um levantamento das dissertações de mestrado e de teses de doutorado produzidas em nível nacional dentro da temática proposta, adotando o critério adotado da contextualização histórico regional e da configuração institucional das universidades. Nossa intenção é quantificar as pesquisas realizadas no âmbito das universidades brasileiras tendo em vista temáticas direcionadas à criança negra e as relações étnico-educacionais, tendo como ponto de partida o tema: “A educação da criança negra”.

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA

Estabelecida a temática, localizamos no banco de dados da CAPES, dissertações, cujos dados sugeriram etapas para a sistematização: leituras atentas dos resumos; organização e catalogação por temáticas tendo em vista os objetos de investigações dos pesquisadores; distribuição do número de dissertações pela temática e classificação por áreas de concentração.

Em que pese a natureza deste trabalho, considerando as temáticas mais freqüentes, procedemos a análise das que trouxeram relevância para nossas discussões dentro do recorte temporal de 1987, quando a CAPES começou seu banco de dissertações e teses on line, a 2003, ano da promulgação da Lei 10.639/03, conforme segue:

QUADRO DE DISSERTAÇÕES

TEMÁTICA	INSTITUIÇÃO	TRABALHOS	ANO
Relações Étnicas	PUC/SP	2 dissertações	1994/1998
Identidade Étnica	UNISINOS	1 dissertação	1994

Conforme percebemos no quadro, enfocando a temática “Relações Raciais” figuram duas dissertações:

1. “*Relações Raciais nas creches diretas ao município de São Paulo*”. da pesquisadora Eliana Oliveira, defendida em 1994 na PUC-SP, objetivou a

introdução da discussão sobre relações raciais no acerca do nível da educação infantil (creches e pré-escolas).

2. *“Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”*, de Eliane dos Santos Cavalheiro, de 199. PUC-SP. De acordo com o resumo, cremos que a pesquisa se debruça sobre a socialização frente as relações étnicas, tendo como lócus o espaço familiar e instituições de educação infantil. Cavalheiro chama atenção para o que considera distribuição desigual de contato físico entre docentes e discentes negros e brancos, que se reflete em avaliações desiguais das atividades didático-pedagógicas. Denuncia como anti-educativa desigualdade de tratamento entre os discentes baseada em seu pertencimento étnico-cultural. Ressalta ainda o incômodo o silêncio que tanto escola quanto famílias praticam frente a situações de racismo, preconceito e discriminação étnica, situações essas que contribuem para a baixa-auto-estima da criança negra em suas relações de inter-relação.
3. *“Resistência negra e educação: limites e possibilidades no contexto de uma experiência escolar”*, de Jacira Reis da Silva, intitulado, cuja defesa deu-se em 1992, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A autora enfoca a resistência negra na educação, analisando os comportamentos de crianças negras frente a situações e manifestações de discriminação que sofrem. Procurou apreender e perceber os comportamentos de resistência dos mesmos nessas situações Identificou em seu trabalho para. além das formas individuais formas coletivas e organizadas de identidade étnico-cultural, salientando ser a instituição escolar também para esses indivíduos espaços de limites e possibilidades ,de resistência e superação, de oportunidade de aprendizagens e de se constituírem como sujeitos históricos .

CRIANÇA NEGRA E INFÂNCIA.

Tendo em vista que o sujeito da pesquisa a qual nos dedicamos a criança negra, cremos ser pertinente contextualizar o conceito de infância de acordo com a historiografia. A infância é uma construção histórica. O mundo infantil nem sempre existiu, e por um tempo considerável não havia separação entre o mundo infantil e o mundo adulto, de forma estes se resumiam em apenas um.

Em seus estudos acerca da história da criança, ARIÈS observa que as crianças eram tratadas como adultos em miniatura: sua maneira de vestir-se, sua participação de reuniões, de festas e de danças. Não sofriam discriminações por parte dos adultos discriminações, falavam vulgaridades, praticavam brincadeiras grosseiras, tomavam parte na discussão de todos os tipos de assuntos, não eram excluídos nem mesmo dos jogos sexuais. Segundo o autor, os adultos dessa época não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, tampouco ou na diferença de características entre adultos e crianças: ... *no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido...* (ARIÈS, 1981, p. 51).

Importa salientar a respeito da história da criança de ARIÈS encontramos olhares contrapondo-se a indicação de que a mesma só aparece na Idade Moderna. com Moysés KUHLMANN JR., em sua obra *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*, referenciada por Pierre RICHERÉ e Daniele ALEXANDRE BIDON, bem como Jacques GÉLIS, propõem novas re-interpretações em suas pesquisas contextualizando a infância em períodos anteriores.

A partir da análise de diferentes documentos históricos, consideram esses autores a possibilidade de identificação da percepção da infância pelos adultos em idades mais remotas. Identifica-se a preocupação com a sobrevivência da criança, com a sua educação, sua religiosidade, os cuidados com o seu corpo, com sua alimentação, enfim, com uma época de aprendizagens, com brinquedos, roupas e construção de móveis e objetos apropriados à criança.

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e

mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis, como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança. (KUHLMANN JR, 1998, p. 24).

Afirma o autor vai dizer que a indiferença medieval pela criança é um exagero, pois no século XVI, há evidências de que os pais se preocupavam com a saúde de seus filhos. Se as crianças ricas tinham alguns privilégios com relação à sua educação, em contrapartida, as crianças das classes populares possuíam alguma proteção, mesmo não sendo especificadamente da família: se é difícil encontrar registros das classes populares, há um amplo conjunto de documentos no âmbito da vida pública, envolvendo as iniciativas destinadas ao atendimento aos pobres e aos trabalhadores. (KUHLMANN JR, 1998, p. 25).

Segundo ARIÈS, data do período Renascentista o sentimento da infância, não sendo tal sentimento nem uniforme e nem homogêneo, pois estava "reservado" às elites, que dispunham dos meios necessários para garantir tratamento diferenciado como a saúde, a educação e os cuidados para com seus filhos. Aos não nobres, aos pobres era negado tal sentimento, posto que seus filhos, tão logo conseguissem andar, deveriam ajudar nas tarefas e no trabalho. A inserção social diversa da criança nos permite identificar diferentes concepções de infância, daí a possibilidade de universalizar este conceito. *"Sendo essa inserção social diversa, é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, ao invés de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização"* (Op. cit, p.15.). O mesmo paradoxo entre a infância dos filhos das elites e a infância da criança pobre podemos encontrar na história do Brasil. Considerada uma mercadoria, a criança negra foi submetida as mais duras penas impostas na vigência do sistema escravista. Era impedida de ser sujeito de direitos e por vezes, nem mesmo de piedade. Foram vítimas da mortalidade infantil dadas as precárias condições as quais eram submetidas por seus senhores. Tiveram cerceado o seu "direito" de amamentar, posto que suas mães eram alugadas ou cedidas para servirem de ama-de-leite para crianças brancas. As negrinhas e os negrinhos eram brinquedinhos para as crianças brancas e até mesmo para o adulto.

Há relatos de que por volta dos 7 anos, tornavam-se "úteis" a começar efetivamente o trabalho.

A promulgação da Lei do Ventre Livre, que estabelecia que seriam livres os filhos dos trabalhadores escravizados nascidos no Brasil a partir da data de sua promulgação não alterou a situação de heteronomia e sofrimento das crianças negras brasileiras, conforme podemos ver através do artigo abaixo:

Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§1o: Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de \$ 600.000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

"A leitura atenta da Lei revela que os senhores donos das mães escravizadas eram obrigados cuidar dos ingênuos, como eram chamados os beneficiários" desta lei, até os oito anos de idade. Concretamente esses cuidados não existiam, e a criança continuava acorrentada ao sistema escravista, pois não era possível ser livre com pais escravizados. Para pagar a sua libertação para pagar a sua libertação, a criança livre tinha que trabalhar para o senhor até os 21 anos.

Dando prosseguimento á análise da lei do ventre livre, podemos constatar ser a mesma causadora de inúmeros casos de desestruturação da família negra, pois quando as mães eram vendidas somente os filhos "beneficiários" desta lei podiam acompanhá-la. Como conseqüência, muitos senhores obrigavam as mães a abandonarem os seus filhos ou entregá-los à Roda dos Expostos, instituição que atendia crianças

abandonadas, situação que gerou alto índice de mortalidade nesta casa altíssimo, posto que de cada 100 crianças acolhidas, 80 morriam antes de completarem um ano.

Em 1890, enquanto Ministro das Finanças do Brasil, Rui Barbosa ordenou a incineração de toda a documentação acerca da escravidão no país, ato que dificultou sobremaneira o trabalho dos historiadores, conforme Bastide (p.50). No entanto, muitos historiadores se propuseram a reconstituição do passado histórico fragmentado, ocultado, lançando-se sobre fragmentos de documentos, registros de memórias, num exercício exaustivo em busca de evidências, discursos, fotos e do maior número possível de possibilidades interpretativas que elucidassem questões caracterizadas por acirramentos, ausências e exclusões de sujeitos sociais entre o passado e o presente. Como nos sugeriu J. Gaddis , podemos “enxergar o passado como uma paisagem cuja história é a forma como o representamos” (GADDIS, 2003:37). Segundo o autor, o historiador seria tem condições de tornar-se um agente do presente com possibilidade de, observando o passado, remontar, reconstruir os papéis sejam eles políticos, sociais ou culturais, tarefa a qual nos debruçaremos colocando em prática essa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas No Brasil**. Contribuição A Uma Sociologia Das. Interpenetrações De Civilizações. 3ª edição. Livraria Pioneira Editora. ...
- BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília: 2003.
- BRASIL, Constituição Brasileira do Império do Brasil. (1824). Disponível em www.unificado.com.br/calendario/03/int-const.htm.
- BRAZIL, M.C. **Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 10.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: CAMPO GRANDE. **100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz editora, 1999.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 6. ed. Campo Grande: IHGMS, 2009.
- CAVALLEIRO, E.; SANTOS, S.A. dos (Org.). 2005. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Coleção Educação para Todos).
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto: 2000.
- DOSSIÊ-“FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO: práticas educativas num contexto intercultural”. -Série Estudos... Campo Grande-MS, nº. 22, p.31-46, jul./dez.2006.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades**. Cad. Cedes. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- FONSECA, Marcus V. Concepções e práticas em relação aos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil. Trabalho & Educação (UFMG), v. 6, p. 171, 2000.
- FRY, P.H. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GADDIS, J. L. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GADOTTI, MOACIR. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2006.
- GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 311 - 329. (Coleção História da Vida Privada, v.3).

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990, p. 10-11.

GRESSLER, L; VASCONCELOS, L; SOUZA, Z. *História e Geografia do Mato Grosso do Sul.* Volume Único. São Paulo: FTD, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **O presente como história: escreve a história de seu próprio tempo.** *Novos Estudos.* CEBRAP, São Paulo, n°.43, p.103-112, nov.1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 – População por cor/raça.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INTERMEIO, Revista do Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (1995) – Campo Grande: A Universidade.

KABENGELE, M. **Entrevista concedida ao repórter Fábio Castro - Agência Repórter Social.** 10/10/2005. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/133/44>>. Acessado em abril de 2009.

KUHLMANN, JR.M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____, Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos, como nela se declara. Disponível em: [w trabalho/lei2040-28-set-1871-lei-do-ventre-livre.htm-24k](http://www.trabalho/lei2040-28-set-1871-lei-do-ventre-livre.htm-24k). Acesso em: 20 de jan. 2007.

MAESTRI, M. 13 de maio: a única revolução social do Brasil. **Diário La Insígnia,** nove de maio de 2005. Disponível em <http://www.lainsignia.org/2005/mayo/ib_028.htm>.

MAESTRI, M. **Escravidão em Mato Grosso. O singular e o geral (prefácio).** In:

BRAZIL, M.C. **Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888.** Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, M. **História da África Negra Pré Colonial.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MANCINI, Ana Paula Gomes. SILVA, Paula Nudimila Oliveira. **A memória das normalistas do Instituto Educacional Dourados: 1959-1969.** In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Educação/UFGD. Dourados, p.1-14, 2008.

MANIFESTO À NAÇÃO. **Documento entregue a FHC, em durante a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida.** Movimento Negro Unificado/MNU, 1995.

MEC **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasília:** MEC/SECAD, 2005.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral.** São Paulo; Loyola, 1996.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na primeira república. **Cadernos PENESB**, n. 1, Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói, Intertexto, 1999. **A cor da escola: imagens da primeira república.** Cuiabá, MT: Entrelinhas: Ed. UFMT, 2008.

MÜLLER, Lúcia. **As Construtoras da nação: professoras primárias na primeira república.** Niterói: Intertexto, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma construção transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Ser negro no Brasil hoje.** Editora Global, São Paulo: 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã Editora, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

ROSEMBERG, F. A desconstrução da discriminação no livro didático In: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

ROSEMBERG, F. et. al Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, vol.29, n 1, São Paulo, Jan./Jun,2003.

SÉRIE-ESTUDOS – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande: UCDB, 1995.

THOMPSON. John B. **A mídia e a modernidade.** Petrópolis: Vozes: 2001.

História. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS.

VALENTE, Ana Lúcia, (2002). Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 19, jan. - abr., p. 76-86.

VALENTE, Ana Lúcia, (2003a). Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão da pluralidade cultural. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (org.) **Diversidade, cultura e educação.** São Paulo: Biruta. P.17-46.

VALENTE, Ana Lúcia, (2003b). O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 24, p. 165-182.